Petição para proibição do pesticida glifosato já tem 15 mil assinaturas

17 de Maio, 2016

A autorização para se continuar a usar o pesticida glifosato vai ser votada esta quarta-feira na Comissão Europeia e em Portugal uma petição a favor da sua proibição já reuniu 15 mil assinaturas. Dirigida à Assembleia da República, ao Presidente da República e ao Ministério do Ambiente, a petição pretende "a proibição total de venda, distribuição ou uso do herbicida glifosato" em Portugal, por ter sido considerado um "carcinogénico provável para o ser humano" pela Agência Internacional de Investigação sobre o Cancro, da Organização Mundial de Saúde, revela a Lusa.

"Isto significa que há provas científicas convincentes de que a substância provoca cancro em animais de laboratório e provas limitadas de que também o faz no ser humano", salienta o texto da petição. "Devido ao perigo que apresenta à saúde humana e animal, vimos pedir aos responsáveis no Governo português que proíbam o uso, venda e distribuição deste herbicida, usado em culturas geneticamente modificadas, jardins, entre outros usos, em todo o território nacional", explica a mesma nota.

Em Portugal, as autarquias usam este produto para retirar as ervas daninhas de jardins ou de outros locais públicos.

A Quercus, uma das entidades que é contra a utilização do glifosato, lançou uma campanha a incentivar as autarquias a deixar este produto, tendo obtido a adesão de seis municípios, incluindo Porto e Braga, e 14 freguesias. Esta associação de defesa do ambiente defendeu que Portugal deve votar contra a reautorização do glifosato no comité de peritos de quarta-feira, um desafio que dirigiu ao ministro da Agricultura.

Em meados de abril, uma decisão do Parlamento Europeu, no sentido de autorizar por mais sete anos a utilização do glifosato, deu origem a reações contra: dos ambientalistas da Plataforma Transgénicos Fora, dizendo tratar-se de "uma profunda cedência" à indústria dos agroquímicos, e a favor da Associação Nacional da Indústria para a Proteção das Plantas (ANIPLA), que representa os comercializadores de fitofarmacêuticos.

Depois dos alertas, o Ministério da Agricultura anunciava que iria retirar do mercado a taloamina e todos os produtos fitofarmacêuticos que contenham aquela substância, por constituírem um risco grave para a saúde humana, animal e para o ambiente.

Um comunicado do Ministério liderado por Capoulas Santos considerava que "os produtos fitofarmacêuticos contendo o co-formulante em questão são suscetíveis de constituir risco grave para a saúde humana ou animal ou para o ambiente", razão pela qual devem ser imediatamente proibidos.

Dados divulgados pela imprensa, em abril, referiam que, pelo menos, 89

câmaras municipais usam o pesticida para tratamento de vias públicas e que, em 2014, foram vendidas em Portugal cerca de 1.600 toneladas do produto.